



Jornalismo e o dever de memória¹

LAGE, Leandro²

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Resumo: Propõe-se discutir o trabalho de memória operado pelo jornalismo a partir do conceito de “dever de memória”, abordado na esteira de P. Ricoeur. A partir da leitura das capas de jornais e revistas brasileiros no âmbito da cobertura do acontecimento “incêndio na boate Kiss”, ocorrido em 27 de janeiro de 2013, em Santa Maria (RS), busca-se compreender a evocação da memória, no jornalismo, para além de uma estrita serventia ao presente ou do problema da fidelidade ao passado. Percebe-se, nos exemplos observados, o surgimento do dever de memória - sob a forma de um imperativo - como pano de fundo do exercício da memória praticado pelo jornalismo. Nesse movimento, ressalta-se o lugar do esquecimento, bem como a possível inversão da lógica da memória segundo a qual um passado é invocado no presente: ou seja, quando o presente se deixa interpelar pelo passado daquele acontecimento. Ao final, compreende-se esses processos como exercícios retrospectivos e prospectivos de memória, os quais se afiguram como possibilidades de abordagem do trabalho de memória no jornalismo.

Palavras-chave: jornalismo; memória; dever de memória; esquecimento; acontecimento.

Introdução

Em outra ocasião (Lage, 2012; Carvalho; Lage, 2012), falávamos do quanto é comum, no âmbito dos estudos midiáticos, definir as mídias como *lugares de memória* por excelência. Parece-nos necessário, contudo, precisar a utilização dessa expressão aparentemente neutra, de maneira a tentarmos desfazer certo mal entendido conceitual para melhor compreender a inflexão entre o trabalho midiático e a memória – inflexão essa que, no escopo deste trabalho, ficará restrita a determinadas textualidades jornalísticas cotejadas às problemáticas do “dever de memória” e do esquecimento na esteira de P. Ricoeur (2007).

A expressão *lugares de memória*, ou *lieux de mémoire*, ganhou certa robustez conceitual a partir de extenso trabalho elaborado pelo historiador francês P. Nora (1993). Estava em questão, naquela obra, uma condição histórica marcada pela

1 Trabalho apresentado no GT de Historiografia da Mídia, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

2 Doutorando em Comunicação pela UFMG com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: leandrorlage@gmail.com

obliteração da memória à maneira de um desvanecimento, uma dissipação. “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (Nora, 1993, p. 8). Para aquele autor, a memória, esse fenômeno vivo e pulsante, individual e coletivo, concreto e vulnerável, teria perdido espaço em nossa intimidade, em nossa vida cotidiana. Mas qual seria a explicação para esse fenômeno que nos deixa tão perplexos?

É precisamente na defesa dessa tese tão polêmica que reside o problema conceitual de tomarmos a mídia como um desses lugares de memória. Para Nora, são exatamente a mundialização, a massificação e a midiaticização os responsáveis pelo “fim das sociedades-memória”. Junto à história, a mídia teria contribuído significativamente para a substituição de “uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (Nora, 1993, p. 8). Desse modo, torna-se difícil arregar às mídias, espécie de algozes desse suposto declínio da memória, a condição de *lieux de mémoires* tais como foram desenhados pelo historiador.

Por outro lado, em que pese essa especificidade conceitual, estamos convencidos de que as teses sobre esse novo regime de memória – ou de ausência de memória – são de difícil sustentação ante a emergência tão patente de uma “cultura da memória”, para usarmos os termos de Huyssen (2000)³. E as mídias, e particularmente as mídias jornalísticas, ocupam um espaço proeminente nesse contexto em que a memória assume feições diversas, transitando entre o uso comercial, político, judicioso, enfim, cotidiano. Afinal, “sabemos que a mídia não transporta a memória pública inocentemente; ela a condiciona na sua própria estrutura e forma” (Huyssen, 2000, p. 22-23). As mídias seriam, então, esse âmbito de “transporte” e “reestruturação” da memória?

O cuidado maior a ser tomado ao investigar o encontro entre mídia e memória talvez seja o de assegurar a dinâmica e a diversidade dessa convergência contra qualquer tentativa de considerar as mídias uma espécie de repositórios de memórias. Por esse motivo, somos solidários àquelas iniciativas em que as mídias aparecem como âmbitos de construção, disputa, ressignificação e enquadramento da memória, sendo esta atravessada por diferentes temporalidades (Silverstone, 2002; Berger, 2006; Ribeiro; Brasiliense, 2007; Barbosa, 2008; Babo-Lança, 2011). Certamente, todos esses termos remetem a problemáticas e fenômenos específicos, que pedem mais espaço do

³ Com a ressalva de que mesmo Huyssen (2000) chama atenção para essa “cultura da memória” menos como um *zeitgeist* contemporâneo do que como a versão ou encarnação recente de uma preocupação histórica com a memória e seu par-oposto, o esquecimento.

que aqui dispomos para explorá-los.

Por ora, dedicar-nos-emos à questão do “dever de memória” (Ricoeur, 2007), que parece ajudar a compor o pano de fundo de diversas formas de invocação da memória operadas pelas mídias jornalísticas. Partiremos do conceito de “dever de memória” o tomando como uma das explicações para essa presença ostensiva da memória; em seguida, iremos em direção à compreensão do trabalho jornalístico de memória, no sentido de observá-lo não apenas no que lhe é esclarecedor, mas também naquilo que se evidencia contraditório nessa gestão da memória. Ao final do percurso, espera-se compreender o trabalho jornalístico de evocação da memória para além do que se insinua, *a priori*, como mera preocupação com o passado.

O trágico e o dever de memória

Era madrugada de 27 de janeiro de 2013 quando o fogo se alastrou em uma casa noturna da cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, fazendo 241 vítimas fatais. Da noite para o dia, mais de 235 famílias perderam entes queridos. Nos dias subsequentes, outras seis vítimas não resistiram aos ferimentos e às substâncias tóxicas aspiradas no incêndio. Seguiu-se, por semanas, intensa cobertura jornalística daquela tragédia, num ritual já conhecido de narração do acontecimento que gira em torno dos testemunhos de sobreviventes, da contagem de vítimas, da atribuição de responsabilidades, do sofrimento dos parentes e dos posicionamentos oficiais.

Não é porque seguiu certo ritual jornalístico que aquela cobertura deixou de oferecer gestos interessantes e até mesmo surpreendentes se observados em conjunto. Encontramos, em meio às inúmeras narrativas sobre o acontecimento logo identificado como “incêndio na boate Kiss”, evidências importantes para pensarmos na relação entre mídias jornalísticas e memória, ou mesmo sobre o trabalho jornalístico de memória. Uma espécie de “vontade de memória” – e, certamente, de medo do esquecimento – começou a se manifestar no noticiário impresso. Mal aquele acontecimento tinha seus aspectos mais elementares esclarecidos e o par memória-esquecimento já o rondava.

O Correio Braziliense, jornal de grande circulação no país, especialmente na capital federal, inaugurou esse cariz “memorialístico” da cobertura. Na primeira página da edição de 1º de fevereiro (FIG. 1), o diário substituiu a diagramação convencional da capa por um quadro com 235 rosas vermelhas, dentro do qual figurava a veemente e ao mesmo tempo terna manchete: “235 razões para não esquecer”. Figurava, na parte inferior, um pesado bloco de texto justificado com o nome completo de todas as vítimas

fatais daquela tragédia até então contabilizadas.

Figura 1 – Reprodução da capa de 1º de fevereiro de 2013



Fonte: Correio Braziliense

A capa do jornal atua como esse espaço intermediário entre o que seria um dentro e um fora do dispositivo⁴, um âmbito voltado à captura do olhar do leitor – revelador tanto de um modo de uso quanto de uma forma de organização e constituição de si e daquilo que narra. Por isso mesmo, a primeira página é também onde se emoldura os acontecimentos, o lugar mesmo onde precisam ser domesticados (Vaz; França, 2011). É por onde começam a ser narrados no âmbito do próprio dispositivo. Naquela capa, para sermos específicos, o que temos é um recorte do acontecimento

⁴ Tomamos a noção de dispositivo midiático, ou apenas dispositivo, na acepção de Antunes e Vaz (2006), para os quais o termo designa matrizes, materiais e/ou imateriais, articuladoras de textos, instauradoras de processos de produção de sentidos, ordenadoras de interações e difusoras de elementos significantes.

orientado pelo luto, ou para o luto: flores cercam uma lápide textual, constituída sob um convite à memória, ao não esquecimento.

Precede essa convocação, no texto de apoio ao título, uma triste constatação: “O incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS), deixa um trauma nos brasileiros que vai ultrapassar gerações”. Da memória exortada passamos à memória persistente sob a forma do trauma. E a preocupação com o esquecimento do ocorrido cede espaço à difícil superação do que ocorreu. Aparentemente, já não se trata da convencional invocação da memória pelo jornalismo como presentificação de um passado ausente, mas de um imperativo, de uma questão intrínseca ao acontecimento, remetendo-nos, agora, à expectativa de um futuro de ausências.

Essa outra força de aparição ou convocação da memória não foi privilégio dos jornais diários, em sua pretensão de dar conta de uma urgência factual, mas também das revistas semanais de informação, que trabalham em um regime temporal mais estendido, cuja pretensão estaria ligada à maturação do acontecimento e de sua abordagem. A revista *Veja* (FIG.2), periódico semanal de maior circulação no país, também se deixou atravessar pelo contexto de luto e pela atenção à memória, tornando mais evidente uma postura jornalística impelida pelo que chamaríamos, esteados em Ricoeur (2007), de “dever de memória”.

Figura 2 – Reprodução da capa de 6 de fevereiro de 2013



Fonte: Acervo virtual de Veja

É necessário agir *em memória*, recomenda a revista. O subtítulo menciona, com muita clareza, a lição que deve ser aprendida para que, no futuro, resguardados e orientados pela memória, o trágico “nunca mais” se repita. Mas clara também está, no conjunto textual daquela capa, a necessidade de se agir no presente contra o “descaso”, a “negligência”, a “corrupção de valores” e a “impunidade”, em memória e respeito às vítimas – numa forma de tentativa de apaziguamento da dor do luto amparada pela esperança de que as mortes não tenham sido em vão.

O que as capas do *Correio Braziliense* e de *Veja* têm em comum, na cobertura daquele acontecimento, é mais do que um matiz “memorialístico”. Trata-se de uma vontade de memória associada ao luto, à dor da perda, e principalmente à vontade de justiça em relação aos mortos. É por esse motivo que, para buscar compreender esse modo de convocação da memória, remetemo-nos à noção ricoeuriana de “dever de memória”, resumido pelo autor como “o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si” (Ricoeur, 2007, p. 101).

Na longa argumentação filosófica de *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur se dedica, em ocasiões diversas, a esse tão intrigante conceito, cujo mérito está no reconhecimento de um lugar político ocupado pela memória.

É a justiça que, ao extrair das lembranças traumatizantes seu valor exemplar, transforma a memória em projeto; e é esse mesmo projeto de justiça que dá ao dever de memória a forma do futuro e do imperativo. Pode-se então sugerir que, enquanto imperativo de justiça, o dever de memória se projeta à maneira de um terceiro termo no ponto de junção do trabalho de luto e do trabalho de memória. (Ricoeur, 2007, p. 101)

Diferentemente do trabalho de memória, isto é, do esforço ou exercício de rememoração, o dever de memória diz respeito a uma imposição como obrigação, imperativo, estabelecendo um laço estreito com a justiça enquanto sentimento de dever a outros. Na idéia de um dever de memória, observamos ao menos três dimensões balizadoras: a alteridade, a dívida e a reparação. Nesse sentido, o dever nasce do compromisso com os outros, que toma a forma da dívida na medida em que desses outros herdamos um problema comum, o qual, por sua vez, demanda o esforço (coletivo) de reparação.

Ao buscarmos compreender aqueles gestos narrativos à luz do dever de memória e da vontade de justiça, não estamos sugerindo qualquer aspiração dessas instâncias jornalísticas à condição de juízes de direito. O que esses movimentos nos sugerem, na verdade, está relacionado à percepção de que o trabalho jornalístico de memória nem

aparece apenas em função de um presentismo, nem surge somente como invocação de um passado a serviço da atualidade. O que seria esse dever de memória senão um convite a pensar o futuro no qual, se não cedermos ao esquecimento, só teremos a triste lembrança daqueles que se foram no trágico acontecimento?

Nesse contexto, a memória adquire uma finalidade para além da retórica presentista. Torna-se luta contra o esquecimento, ao menos enquanto não se fizer justiça; torna-se, portanto, questão de fundo ético a ser enfrentada doravante, isto é, do tempo presente ao futuro. Como afirma Babo-Lança (2011) sobre a configuração midiática dos acontecimentos de um ano em constantes retrospectivas, o dever de memória que se afigura nas mídias ante as ocorrências de nosso tempo é, ao mesmo tempo, o dever de não esquecer-las.

O lugar do esquecimento

Até então, falamos do esquecimento com certa apreensão. Isso porque, no plano de uma necessidade de memória, ou mesmo de um imperativo de memória, o esquecimento representa precisamente aquilo que é erosivo, que corrói a memória e impede a lembrança. Ainda é preciso, no entanto, dar ao esquecimento um lugar na compreensão da memória, e, em nosso caso, percebê-lo como parte do gesto jornalístico de lembrar – com o devido reconhecimento de que, em diversas ocasiões, evoca-se a memória exatamente para que haja a possibilidade de esquecer.

O projeto filosófico em *A memória, a história, o esquecimento* nos coloca ao menos duas questões importantes: em primeiro lugar, pensar a possibilidade de uma reapropriação lúcida do passado e de toda sua carga traumática; em segundo, tomar o esquecimento tanto em sua potência destruidora da memória quanto em sua capacidade de preservação e mesmo possibilidade de memória. É graças à impossibilidade de lembrarmos tudo, isto é, do caráter necessariamente seletivo da memória que Ricoeur (2007, p. 450) chega a uma importante constatação: “é o esquecimento que torna possível a memória”.

Embora reconheçamos as limitações da memória, tanto do ponto de vista individual quanto do coletivo, e, com isso, o contraditório e inelutável papel do esquecimento, a medida entre o esquecimento destruidor e o esquecimento necessário é sempre polêmica. De todo modo, a questão que aqui nos interessa diz respeito à convivência entre o esquecimento e a vontade de memória num conjunto de textualidades jornalísticas. Haveria espaço para o esquecimento em meio à vontade tão

impetuosa de fazer memória? Ou essa pergunta seria inválida, sendo que a própria diacronia midiática impõe uma amnésia contra a qual não se pode lutar?

As indagações acima dificilmente têm respostas prontas. Deve-se, antes de tirarmos consequências delas, reconhecer o incômodo de falar em esquecimento tão pouco tempo depois do acontecimento em questão, o qual, de certo modo, ainda sobrevive ao esquecimento, entre outros motivos porque continua tendo desdobramentos práticos nos âmbitos políticos, jurídicos e midiáticos. Por outro lado, são os próprios vestígios daquela cobertura que nos compelem a levar adiante a problemática, sempre sob a forma da tentativa de compreensão dessa evocação da memória (e do esquecimento).

Referimo-nos, dessa vez, à edição do jornal Diário de Santa Maria publicada em 27 de fevereiro de 2013 (FIG.3), um mês após o incêndio.

Figura 3 – Primeira página da edição de 27 de fevereiro de 2013



Fonte: jornal Diário de Santa Maria

“A vida continua”, diz a faixa estendida na porta da boate Kiss, em meio a tantas outras faixas e homenagens às vítimas. Abaixo daquela imagem de página inteira, o

jornal responde: “...mas não como antes”. Nesse exemplo de evocação da memória, e de seu par-oposto, o esquecimento, as vítimas da tragédia não apenas retornam do passado para interpelar o presente. Trata-se do que chamamos, acima, de um futuro de ausências, ou de uma ausência futura. Essas vítimas do acontecimento passado – e ainda presente – também habitam o futuro pela falta, pelo vazio que deixam.

Como afirmam Vogel e Silva (2012, p. 183), ao mesmo tempo em que as imagens do jornalismo habitam e alimentam o mundo, elas “recobram o passado através da memória e projetam futuros possíveis”. A capa do *Diário de Santa Maria*, a despeito de sua necessária ancoragem no tempo passado, volta-se também para o porvir. Situa-se entre a esperança de continuar a vida esquecendo pacificamente o trauma sofrido e a decepção de seguir com uma falta que insistentemente virá à memória sem poder ser aplacada.

Pode-se acusar os jornais de explorar mercadologicamente a memória, incorporando o sofrimento alheio na própria retórica. Contudo, em que pesem tais questões, o *Diário de Santa Maria* se coloca no centro de um luto coletivo, bem como de uma memória coletiva. Nessa convocação constante do acontecimento pela memória-esquecimento, transparece um desejo inalcançável de apropriação e superação do passado traumático. O passado, sob a forma da morte, retorna nessas textualidades jornalísticas de maneira ambígua, contraditória. No *Correio Braziliense*, aparece sob a forma de números e rosas. Em *Veja*, apresenta-se como o próprio luto. E no *Diário*, as vítimas figuram como falta, como o que não está mais.

Nessa encenação midiática da memória, para usarmos os termos de Barbosa (2006, 2008), a data do acontecimento funciona como marco para o que deve ser lembrado⁵. “É preciso comemorar as datas-marco fundadoras, re-instaurar o passado pela lembrança e pelo esquecimento. Ao reiterar o passado, normalmente, esses atos colocam em evidência também o desejo de futuro” (Barbosa, 2006, p. 16). Nesse sentido, a demarcação da memória funcionaria, também, como abertura de um espaço para o esquecimento sob a forma da superação, da triste constatação de que a vida continua.

Aparentemente a memória como um dever permanece mesmo nesses gestos situados entre o passado da ocorrência e o futuro da dor. A vida que não pode continuar

⁵ Ironicamente, as datas nos obrigam a retornar aos lugares de memória à maneira de Nora (1993), para quem as datas comemorativas de acontecimentos ou episódios históricos ocupam assento privilegiado naquela classificação.

como antes, tal qual evidenciada pelo periódico de Santa Maria, é exemplar nesse sentido. Esse dever também ganha, no jornalismo, uma forma ritualizada de retorno, de revisitação. Depois de ocorrido, diz-nos Berger (2006, p. 7) acerca de um acontecimento paradigmático como o do assassinato do jornalista Vladimir Herzog pela ditadura militar brasileira, “o acontecimento volta como memória”, transforma-se em acontecimento revisitado. O acontecimento é revestido de uma espécie de valor de memória.

O imperativo de memória enquanto ponto de inflexão entre o passado e o futuro convive, no entanto, com essa ancoragem no tempo presente. Dar-se conta das múltiplas temporalidades que atravessam as narrativas jornalísticas, onde a memória toma formas diversas ao ser evocada, não deve substituir a força do presente que medeia fortemente o trabalho jornalístico. Isto é, se uma idéia de presente do acontecimento requer a convocação de sua memória, seja sob a forma do passado ou do dever de lembrar, a própria convocação da memória pede que certo presente do ocorrido se afigure sob a forma da revisitação.

Defrontamo-nos com esse problema, dessa vez, em outro jornal. Trata-se da edição de 27 de fevereiro de 2013 do periódico gaúcho Zero Hora (FIG.4).

Figura 4 – Primeira página da edição de 27 de fevereiro de 2013



Fonte: jornal Zero Hora

O acontecimento novamente põe em tensão o dispositivo jornalístico e reconfigura sua página inicial, onde emerge como um lugar e uma data: “Santa Maria, 27/01/2013”. Abaixo, o jornal anuncia o retorno ao acontecimento, um mês depois, para vasculhar o que resta: lembranças, sobreviventes e investigações. O passado surge não apenas em sua preteridade, mas em seu aspecto hodierno. Esforço de memória orientado, agora, para o presente, para um estado atual do passado, seu agora. Incorporado ao ritual jornalístico, o dever de memória também inverte a lógica do passado recuperado e convoca o presente em função do passado, de uma memória ainda não resolvida, ou, para voltarmos aos termos de Ricoeur, de uma memória ainda não apaziguada. Tratar-se-ia, então, de um presente que se deixa interpelar pelo passado.

Para além do passado: de volta aos *lieux de mémoire*?

Após esse breve percurso por entre manifestações da memória no âmbito do trabalho jornalístico, e mais especificamente nas bordas dos dispositivos jornalísticos, ficamos tentados a reiterar a necessidade de percepção da diversidade nesses encontros entre o trabalho de memória e o trabalho jornalístico. Torna-se insuficiente restringir tal abordagem ao enfoque da memória como esse movimento neutro em direção ao passado. Como afirmou Huyssen (2000), as mídias funcionam como “atores centrais no drama moral da memória”. Qualquer que seja seu manuseio, e são diversas as formas de mobilizar a memória, há sempre um pano de fundo moral que lhe serve de amparo e justificação, permitindo que a memória seja compreendida e que faça compreender.

Os exemplos dos quais lançamos mão colocam em suspensão, ao menos temporariamente, a insistência na tomada do presente como ponto fixo de ancoragem das temporalidades jornalísticas. Nota-se o próprio trabalho de memória sendo atravessado por compromissos com o passado e com o futuro. A tragédia de Santa Maria talvez tenha compelido as mídias jornalísticas ao trabalho de memória por uma dívida com o passado desse acontecimento, mas uma dívida a ser paga nesse presente entregue ao porvir – e uma dívida a ser constantemente submetida a inventário. É diante de todas essas contradições e tensionamentos que, a despeito dessa presença constante da memória das mídias, resistimos às tentativas de compreensão que a imobilizam.

Assim, talvez seja somente no sentido menos topográfico do termo “lugar de memória” que as mídias jornalísticas poderiam se localizar. Não apenas como lugares

onde a memória é fixada, ou mesmo reificada, mas como lugares onde é inscrita, sobrescrita, reescrita, ininterruptamente. Em suma, lugares de – passagem da – memória. Aqui, explora-se todo o peso na enigmática expressão de que “todos os lugares de memória são objetos no abismo” (Nora, 1993, p. 24). Objetos no abismo porque estão sempre em suspensão, entregues ao ciclo do esquecimento e da memória. É nessa direção, com a licença certamente não concedida de Nora, que nos parece coerente associar as mídias esses (insólitos) lugares de memória.

Se tivermos alguma lição a tirar desses pequenos episódios jornalísticos em que a memória e o esquecimento assumem papéis cruciais no desenrolar da trama é a de que tal encenação – sempre dinâmica, portanto – remete tanto ao exercício retrospectivo da memória, evocada sob a forma da lembrança e da recordação, quanto ao exercício prospectivo da memória, como quando apresenta ou mesmo emerge em razão de demandas futuras ou duradouras. Assim, acreditamos poder perceber quais outras tensões surgem no âmbito da problemática da memória para além da serventia ao presente ou da fidelidade ao passado, preocupações estas que permanecem em nosso horizonte, mas que constituem apenas uma face do trabalho jornalístico de memória.

Referências

ANTUNES, E.; VAZ, P. B. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: FRANÇA, V. R. V.; GUIMARÃES, C. (Orgs.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, v. 1, p. 43-60.

BABO-LANÇA, Isabel. Configuração mediática dos acontecimentos do ano. **Revista Caleidoscópio**, Lisboa, v. 1, n. 10, p. 73-84, 2011.

BARBOSA, M. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidades, rastros e vestígios e interfaces entre Comunicação e História. In: RIBEIRO, A. P. G.; HERSCHMANN, M. **Comunicação e história: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X, Globo Universidade, 2008.

BARBOSA, Marialva. Mídias e usos do passado: o esquecimento e o futuro. **Revista Galáxia**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 13-26, 2006. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1458/922>>. Acesso em: 18 jul. 2012.

BERGER, C. Memória enquadrada: 30 anos se passaram e Vlado segue morrendo. In: IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2006, Porto Alegre. **SBPjor - PPGCOM**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CARVALHO, Carlos Alberto de; LAGE, Leandro. As relações entre jornalismo e temporalidade para além da urgência implicada na factualidade. In: Anais da **ALAIC**

2012 - Congreso Latinoamericano de Investigadores en Comunicación, 2012, Montevideu. Disponível em: <http://alaic2012.comunicacion.edu.uy/sites/default/files/as_relacoes_entre_o_jornalismo_e_temporalidade_carlos_carvalho_e_leandro_lage_0.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2012.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LAGE, L. O massacre de Realengo na retrospectiva de Veja: entre a memória e o esquecimento. In: **SBPJor** 2012 – 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2012, Curitiba. Anais... Brasília: SBPJor, 2012. v. 1. p. 1-12.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BRASILIENSE, Danielle Ramos. Memória e narrativa jornalística. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia Maria Alves. **Mídia e Memória** - A produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 219-235.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

VAZ, P. B. F.; FRANCA, R. O. O acontecimento enquadrado: a tragédia em capas de revistas. In: LEAL, B.S., ANTUNES, E. e VAZ, P.B.F. (Org.). **Jornalismo e Acontecimento** - Percursos Metodológicos. Florianópolis: Insular, 2011, v. 2, p. 167-188.

VOGEL, D. I. ; SILVA, G. Imagens de morte na primeira página. In: MAROCCO, B.; BERGER, C.; HENN, R. (Org.). **Jornalismo e Acontecimento**: Diante da morte. Florianópolis: Insular, 2012, v. 3, p. 169-184.